

Tabelamento do frete terá impacto de R\$ 3,3 bilhões na indústria paulista

O tabelamento do frete deve causar impacto de R\$ 3,3 bilhões sobre a indústria paulista entre os meses de junho e dezembro deste ano, estimou ontem (11) a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O aumento equivale, segundo a pesquisa Rumos da Indústria Paulista, a um gasto adicional com frete de R\$ 469,6 milhões por mês. Para a pesquisa, foram consultadas 400 empresas do estado.

O tabelamento do frete, uma das reivindicações dos caminhoneiros durante a paralisação nacional e que define valores mínimos

para o frete rodoviário no país, foi aprovado ontem na Câmara dos Deputados. Pela proposta, caberá à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicar duas vezes ao ano os preços mínimos do frete referentes ao quilômetro rodado, por eixo carregado, considerando distâncias e especificidades das cargas e priorizando o custo do óleo diesel e dos pedágios.

Segundo a Fiesp, 55,3% das empresas consultadas pretendem repassar, integralmente ou parcialmente, o aumento do frete para o preço do produto. “Depois de três anos pressionadas pelo fraco desempenho

da economia, as indústrias paulistas estão com pouca margem para absorver este aumento do preço do frete sem repassar para os preços dos seus produtos”, disse José Ricardo Roriz Coelho, presidente em exercício da Fiesp.

O dirigente disse ainda que, se houver o repasse, isso vai ocorrer em um momento de recuperação ainda lenta da economia, “o que deve levar a uma queda das vendas, conforme projetado pelas próprias empresas que participaram da pesquisa”. Para Roriz, “fixar preços mínimos viola o princípio da livre iniciativa e é ineficaz”. Já a Associação dos Produtores de Soja e Milho



Sem frota própria, 55,3% das empresas consultadas pretendem repassar custo do frete aos preços dos produtos.

de Goiás (Aprojoza) estima que o potencial de perdas ao setor de grãos do Estado com o tabelamento do frete é de R\$ 600 milhões.

“Esse número considera os

efeitos sobre a alta dos fretes, o aumento dos preços de insumos agrícolas e os impactos negativos sobre as cotações dos grãos”, disse a entidade em nota. A Aprojoza diz que

vai reforçar o trabalho junto à Frente Parlamentar da Agropecuária para derrubar a votação no Senado, e “impedir que a MP do tabelamento vire lei” (ABR/AE).

Jucá é contra artigo que veda aumento para servidor

Brasília - O líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), apresentou destaque para retirar do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019 a proibição para contratações de servidores ou negociação de novos aumentos no ano que vem. Embora a área econômica seja favorável a essas vedações, o líder disse que estava atuando como “senador de Roraima”, não como liderança do governo. “Quero me manifestar não como líder, mas como senador de Roraima São questões técnicas. O teto de gastos já é limitador, não caberia nenhum tipo de subteto quanto à despesa administrativa ou à contratação de pessoal”, afirmou Jucá. Para ele, a medida proposta pelo relator da LDO de 2019, senador Dalírio Beber (PSDB-SC), estaria interferindo em autonomia para os poderes fazerem seu próprio orçamento. “Não estou



Jucá e o poder de dar ou não o aumento.

discutindo aumento ou não aumento, mas, sim, a capacidade do poder de dar ou não esse aumento”, afirmou Jucá.

Apesar da posição contrária aos interesses da área econômica, o líder do governo ressaltou que apoia a revisão dos incentivos fiscais que também foi proposta por Dalírio Beber (AE).

13 delegados da PF serão candidatos

São Paulo - Com a bandeira de “blindar” a Lava Jato, pelos menos 13 delegados da Polícia Federal devem ser candidatos nas eleições de outubro. A Associação dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) lança hoje (12), a campanha “O brasileiro tem sede de mudança”.

Entre os 13 delegados postulantes, sete devem ser candidatos a deputado federal, quatro estão de olho em vagas de Assembleias Legislativas e dois são pré-candidatos ao Senado. A maioria do grupo, seis dos integrantes, é filiada ao PSL do deputado Jair Bolsonaro, pré-candidato à Presidência da República. Entre eles, está o deputado paranaense Fernando Francischini, um dos defensores mais ferrenhos do presidencialismo no Congresso e pré-candidato ao Senado.

Uma das propostas do grupo é alterar a Lei de Licitações, defendendo a proteção contra fraudes e direcionamentos, conforme identificado em fases da Lava Jato (AE).

STJ nega de uma só vez 143 habeas corpus em favor de Lula

A presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz, negou ontem (11), de uma só vez, 143 habeas corpus protocolados por terceiros desde domingo (8), pedindo a liberdade do ex-presidente Lula.

Na decisão, Laurita criticou os pedidos, com redação padronizada com o subtítulo “Ato Popular 9 de julho de 2018 – Em defesa das garantias constitucionais”. As peças, segundo a ministra, não tinham “nenhum substrato jurídico adequado”.

A ministra entendeu que, apesar de ser garantido a qualquer pessoa o direito de protocolar habeas corpus, essa via processual não se presta a ‘atos populares’. “O Poder Judiciário não pode ser utilizado como balcão de reivindicações ou manifestações de natureza



Ministra Laurita Vaz, presidente do STJ.

política ou ideológico-partidárias. Não é essa sua missão constitucional”, escreveu Laurita Vaz, acrescentando que as 143 petições foram entregues em papel, no protocolo do STJ, sobrecarregando os servidores da corte.

Todos os pedidos de liberdade negados por Laurita Vaz pediam que fosse garantido a

Lula o direito de recorrer em liberdade contra sua condenação a 12 anos e um mês de prisão pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex no Guarujá. Ao negá-los, a ministra destacou que a execução provisória de pena do ex-presidente já foi decidida tanto pelo STJ como pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhum dos pedidos tiveram como origem os advogados que representam Lula oficialmente.

Na terça-feira (10), Laurita Vaz já havia negado liminar em um outro habeas corpus protocolado por um terceiro em favor de Lula. Na oportunidade, ela criticou o desembargador Rogério Favreto, que durante seu plantão no TRF4, no último domingo (8), determinou a soltura de Lula (ABR).

Juíza nega autorização para que Lula conceda entrevistas

A juíza federal Carolina Lebbos, da 12ª Vara Federal de Curitiba, negou ontem (11) o pedido de autorização solicitado por órgãos de imprensa para que o ex-presidente Lula conceda entrevistas. Na decisão, a magistrada entendeu que a legislação não prevê o direito de presos de concederem entrevistas e afirmou que Lula está inelegível em função da condenação no processo do apartamento triplex do Guarujá.

Ao decidir o caso, Carolina Lebbos entendeu que a legislação não prevê o direito absoluto de um preso à concessão de entrevistas. “O preso se submete a regime jurídico próprio, não sendo possível, por motivos inerentes ao encarceramento, assegurar-lhe direitos na amplitude daqueles exercidos pelo cidadão em pleno gozo de sua liberdade”, entendeu a juíza.

Na decisão, a magistrada ainda disse que a qualidade de pré-candidato à Presidência da República de Lula não “possui o condão de mitigar” as regras de cumprimento de pena. A magistrada ressaltou que Lula foi condenado pela segunda instância da Justiça e, de acordo com a Lei da Ficha Limpa,



Lula está inelegível em função da condenação no processo do apartamento triplex.

está inelegível. O argumento foi utilizado pela defesa para se manifestar a favor da autorização das entrevistas.

“Como já afirmado, o executado cumpre pena decorrente de condenação pelos delitos de corrupção ativa e lavagem de dinheiro, confirmada pela 8ª Turma do TRF4. Portanto, o caso em tela se subsume plenamente à hipótese legal, tratando-se de situação de inelegibilidade”, afirmou. A defesa de Lula se manifestou a favor das entrevistas e disse que ele mantém todos os seus direitos políticos “decorrente da indevida antecipação de sua pena” (ABR).

Relator da CCJ é favorável à criação da duplicata eletrônica

Brasília - O senador Armando Monteiro (PTB-PE) protocolou ontem (11), na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, seu parecer sobre o projeto que cria a duplicata eletrônica. O relatório é favorável ao projeto, que já foi aprovado na Câmara. A duplicata eletrônica é uma das propostas defendidas pelo BC para modernizar a área de crédito no Brasil. Monteiro afirmou que a proposta está inserida “no conjunto de reformas microeconômicas que concorrem para aprimorar o sistema de garantias e com isso reduzir os juros e spreads bancários para pequenas e médias empresas, sobretudo nas linhas de capital de giro”.

Na prática, uma empresa que vendeu um bem ou prestou um serviço pode emitir a duplicata e entregá-la ao banco, antecipando o recebimento do pagamento. Dados do BC mostram que no fim de maio o estoque de crédito ligado ao desconto de duplicatas somava R\$ 56,900 bilhões.

Pela proposta, as duplicatas poderão ser emitidas de forma escritural - ou seja, eletrônica - registrada em sistema eletrônico. A expectativa do BC é de que, com a duplicata eletrônica, o risco do sistema diminua. Isso porque o sistema eletrô-



Senador Armando Monteiro, relator do projeto.

nico evitará que uma mesma duplicata seja apresentada em diferentes operações de crédito e permitirá a diminuição das chamadas “duplicatas frias”, que são títulos que não possuem o suporte em efetivas transações de bens ou serviços.

Com um risco menor nas operações, o BC espera que isso se reflita em taxas de juros também menores. Em seu parecer, Monteiro lembrou que, mesmo com a duplicata eletrônica, a duplicata de papel não será extinta. Ela poderá ser usada normalmente, “atendendo às localidades menos desenvolvidas do País e com menor uso de recursos de informática” (AE).

Governo conversa com economistas de presidenciáveis

A equipe econômica do governo já deu os primeiros passos na direção da transição política. O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, têm recebido para reuniões os coordenadores do programa econômico dos pré-candidatos à Presidência. Eles estão sendo informados sobre a situação das contas públicas do país.

Em junho, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida Junior, conversou com Paulo Guedes, economista que assessora o pré-candidato Jair Bolsonaro. Também esteve em reunião com o secretário de economista Pêrsio Arida, que faz o plano de governo de Alckmin. Neste mês, as reuniões estão sendo feitas com Guardia e Goldfajn. No último dia 4, os dois receberam Pêrsio Arida. No dia 9 de julho, foi a vez de Mauro Benevides, responsável pelo programa econômico de Ciro Gomes.

A ideia dos encontros é mostrar que as reformas e ajustes na economia brasileira são importantes para a retomada da economia e para ter inflação e juros baixos. O governo também enfrenta dificuldades para o cumprimento da regra



Ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.

de ouro, que proíbe o governo de se endividar para cobrir gastos correntes. A União só pode emitir títulos da dívida pública para financiar despesas de capital (como investimentos e amortização da dívida) ou rolar a própria dívida pública. Para o próximo ano, o Tesouro Nacional estima necessidade de R\$ 139 bilhões de crédito extraordinário para cumprir essa regra.

As contas do setor público consolidado (União, estados e municípios) estão no vermelho desde 2014 e devem permanecer registrando déficit nos próximos anos, segundo estimativas do governo (ABR).

BOLSAS

O Ibovespa: -0,62% Pontos: 74.398,55 Máxima de +0,22% : 75.025 pontos Mínima de -0,89% : 74.196 pontos Volume: 9,73 bilhões Variação em 2018: -2,62% Variação no mês: 2,25% Dow Jones: -0,88% Pontos: 24.700,45 Nasdaq: -0,55% Pontos: 7.716,61 Ibovespa

Futuro: +0,2% Pontos: 74.665 Máxima (pontos): 75.450 Mínima (pontos): 74.215 Global 40 Cotação: 747,183 centavos de dólar Variação: +0,31%.

CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R\$ 3,8750 Venda: R\$ 3,8755 Variação: +1,91% - Dólar Paralelo Compra: R\$ 3,96 Venda: R\$ 4,06 Variação: +2,01% - Dólar Ptax Compra: R\$ 3,8411 Venda: R\$ 3,8417 Variação: -0,09% - Dólar Turismo Compra: R\$ 3,8170 Venda: R\$ 4,0230 Variação: +2,11% - Dólar Futuro (agosto)

Cotação: R\$ 3,8845 Variação: +1,53% - Euro (17h31) Compra: US\$ 1,1673 Venda: US\$ 1,1674 Variação: -0,54% - Euro comercial Compra: R\$ 4,5220 Venda: R\$ 4,5240 Variação: +1,3% - Euro turismo Compra: R\$ 4,4730 Venda: R\$ 4,7030 Variação: +1,51%.

JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 6,44% ao ano. - Capital de giro, 8,82% ao ano. - Hot money, 1,08% ao mês. - CDI, 6,39% ao ano. - Over a 6,40%.

OURO

Ouro Cotação: US\$ 1.244,40 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: -0,88% - Ouro BM&F (à vista) Cotação: 153,000 Variação: -0,46%.

“O tempo é o melhor autor. Sempre encontra um final perfeito”.

Charles Chaplin (1889/1977)
Ator britânico